niados. E esse processo foi aumentando e depois foram se criando outros albergues. Chegamos aos centros de acolhida. Hoje, não sei quais são os números, mas devem ser mais de sessenta centros de acolhida. **Sr. Filipe** - Setenta e cinco. E outros quinze que são Autonomia em Foco, Família em Foco, e os três novos CTAs, que são centros de acolhida. Então, vai para cem centros de acolhida até dezembro. **Sr. Alderon** - Esse processo de política só assistencial não resolveu o problema da população em situação de rua. Estamos vendo um número crescendo, em torno de 30% a cada três anos. Isso é um sinal de que essa política que estamos implantando, nessas gestões anteriores, não funciona. E temos esse exemplo da porta de entrada, como moradia. Não é para todos. Não estamos aqui defendendo que todo mundo que está em situação de rua tem que ir pela moradia. Sabemos que não dá certo, até porque já tivemos muitas políticas, tentativas de moradia. Hoje, a Cidade de São Paulo tem um know-how; ela pode fazer sim uma política de habitação. E aí essa iniciativa da Locação Social é muito importante. E acho que é muito importante também empoderar o GT de população de rua que está aqui, de habitação. Temos que empoderá-lo porque temos um conhecimento. E é importante que a Secretaria de Habitação abrace isso porque aí sim acredito que vamos transformar essa realidade da população em situação de rua. Não vamos acabar, porque é uma questão de sistema, mas podemos diminuir muito. E há uma coisa muito grave, que temos agora: famílias morando na rua. E são famílias que só têm a mãe. A porta de entrada tem que ser a moradia, a habitação, porque são cidadãos e cidadãs que precisam de privacidade e eles precisam de ter essa base para poder reconstruir sua vida. **Sr. Fernando Chucre** – Esbarramos nessa política de Locação Social e na provisão de moradia, em todas as demais, na questão orçamentária. Não posso prejudicar uma fila que já temos na habitação, que tenho 33 mil famílias em Auxílio Aluguel, que estão aguardando sua moradia; tenho aqui o déficit quantitativo do município, de 380 mil famílias também que não têm moradia para morar e que não estão no Auxílio Aluguel, e o déficit qualitativo de quase 860 mil famílias. Então, o que vamos tentar fazer é garantir um percentual, porque não posso prejudicar, eu tenho um público aqui também grande, um grande número de pessoas que estão esperando. Mas isso foi importante porque, desde o primeiro mês aqui, a Habitação e SMADS têm conversado de achar uma solução em conjunto. Está claro também para nós a questão da política da residência primeiro, da casa primeiro, e temos tentado, temos nos debruçado e temos tentado soluções para isso. Não é uma solução fácil. E a solução, menos do que eventualmente disponibilizar unidades para esse atendimento, a grande interrogação que há nesse modelo, que todo mundo teve oportunidade de ver o que já foi feito e não é no Brasil, mas no mundo inteiro, é o problema de gestão desse tipo de empreendimento. Então, essa é uma discussão que eu e o Filipe começamos agora. Já que viabilizamos o recurso de fato para as primeiras unidades, vamos começar agora a discussão de gestão e vamos querer conversar também com essas entidades. Hoje há um modelo de gestão de entidades muito forte, de SMADS, desse tipo de empreendimento. É uma discussão que vamos ter, de agora para frente. É uma dúvida muito grande que existe da Habitação especialmente pela experiência que ela tem: das mil unidades que há desde a gestão da Marta, do Serra, do Kassab, temos mil unidades de habitação de Locação Social, aliás, umas deram muitíssimo certo e outras deram muitíssimo errado. Então, vamos ter que fazer essa discussão para não correr o risco de perder o controle sobre esses empreendimentos, especialmente. **Sr. Fernando Zanforlin** - Elogio o trabalho da sua secretaria, Secretário Filipe, e o que o senhor está fazendo com relação aos moradores de rua. A minha pergunta é: os senhores têm atenção ou têm programa de atenção com relação aos refugiados? Pergunto isso pelo seguinte: hoje não temos na Comissão nenhum membro de refugiados reivindicando habitação e um dia vamos ter. **Sr. Filipe** - Dentro desses centros de acolhida que foram mencionados aqui temos centro de acolhida para refugiados. E tratamos o assunto da mesma forma, na política da autonomia, da Jornada da Autonomia. É em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, que também tem esse atendimento, e o CIC do imigrante, que é do Governo do Estado, que também tem parceria conosco. Então, a política para o imigrante também passa por essa Jornada da Autonomia e que também consta nos SUAS. Tenho uma outra reunião agora. Mas eu sei que há uma ata sendo registrada. Queria receber as perguntas e prometo que respondo as perguntas que vão estar na ata. Queria agradecer mais uma vez a oportunidade e parabenizá-los por este encontro. **Sra. Edilaine** - Pessoas foram retiradas do Terminal Dom Pedro com uma promessa de moradia, isso em 2014, algo que não foi efetivado até 2017, e temos uma movimentação iniciada pelos próprios moradores, iniciativa própria, e foi efetivada uma carta direcionada a algumas secretarias, inclusive, Secretaria de Habitação e Secretaria de Assistência Social. Isso, em 24 de julho. Hoje, completa-se um mês e não tivemos retorno. Então, gostaria de ter algum retorno referente a essa situação. Gostaria de saber se o secretário teve acesso e, caso teve, como está o andamento. **Sr. Fernando Chucre** – Não havia tido acesso a essa informação. Vou pedir para a Márcia Terlizzi, que cuida da parte de resolução de conflitos, desses casos que estão em aberto, para atender os senhores. E aí fazemos uma reunião específica sobre isso. Pode ser? **Sra. Edilaine** - Muito obrigada. Sr. Rubens Marcelino - É uma democracia verdadeira que estou vendo hoje, que é a primeira vez que estou falando no Conselho Municipal da Habitação, uma democracia ampla, que temos uma opinião para discutir, apresentar. E o setor da habitação municipal precisa passar por uma reestruturação setorial da habitação municipal. Vários setores, habitação é só um nome, mas é habitação de interesse social, empreendimento de interesse social, é um sistema municipal de atendimento social da habitação, o sistema municipal da Locação Social Coletiva Familiar, certo? Estava aqui o secretário, o assessor da SMADS, falando do trabalho que fazem de acolhimento. Precisam passar por uma formação, avaliação, os moradores de rua. Não é só dar assistência social. É avaliação, assistência social, psicológica, pedagógica. Sabendo que, se ele tiver algum esforço pessoal dele próprio, vai conseguir chegar até lá. Então, Habitação e SMADS trabalham com trabalho integrado. Precisam trabalhar com a Secretaria Municipal do Trabalho, dos Direitos Humanos, reforçar a proteção básica social dos moradores de rua. E reestruturação da habitação setorial municipal. **Sra. Carmen** - Temos que retomar o Grupo de Trabalho da questão dos moradores em situação de rua. Isso é um consenso nosso e estamos sentindo falta de ter essa discussão. Tenho um grande receio de um programa anular a legitimidade das demandas de moradia. Ainda mais com a presença do Ministério Público, gostaria de reiterar isso porque, infelizmente, há programas que anulam a legitimidade das demandas da moradia dos movimentos sociais. E, partindo da premissa de que habitação é caso de habitação, moradia é da habitação, já que SMADS tem um orçamento de autonomia, por que esse orçamento de autonomia não vem para moradia? Passe para a secretaria que é responsável por moradia. **Sr. Fernando Chucre** – A situação de penúria, de falta de recursos para investimentos, acho que é do Governo Federal, do Estado. O Dr. Cesar está aqui e conhece a discussão que está acontecendo também no Ministério Público com relação ao Auxílio Aluguel, que é uma discussão que estamos tendo com eles com relação aos vários critérios que são utilizados para atendimento pelo Auxílio Aluguel; vários desses critérios são muito mais relativos a políticas de outras secretarias do que da habitação especificamente. E o Auxílio Aluguel nos últimos anos virou uma via fácil de atendimento de qualquer problema da cidade. Então, seja por vulnerabilidade, seja por risco, seja por todos os critérios e não vou aqui numerar. Hoje, tanto Defensoria Pública quanto Ministério acabam utilizando isso porque sempre foi uma via mais rápida de atendimento. Achou-se um caminho que era: manda para Habitação que a Habitação paga R$400 por mês. Aí vou dizer a minha opinião pessoal: isso é a pior política que podemos ter, essa política do Auxílio Aluguel. Vamos gastar este ano R$154 milhões com Auxílio Aluguel. Não tenho e ninguém tem a menor ideia de como está sendo empregado esse recurso pelas famílias na ponta, porque não se sabe se é de fato uma família, até pelos critérios, pela mudança de critérios, ao longo dos últimos anos, tem uma enormidade de pessoas, e fizemos esse trabalho que vamos apresentar antes para o Ministério Público, antes de apresentar para o Conselho, antes de apresentar para todo mundo, que são pessoas que não temos a menor ideia do porquê estão inseridas no atendimento do Auxílio Aluguel. Há pessoas que fizemos um piloto, que foi feito inclusive no final da administração anterior, uma pesquisa no SERASA, com o CPF das pessoas, para saber a renda. Há uma enormidade de famílias que não se enquadram pelo critério de renda no atendimento por Auxílio Aluguel. E aí é um show de horrores e nós aqui discutindo que precisamos de dinheiro para fazer atendimento de várias outras coisas que são atribuições de fato da Secretaria de Habitação. Então, o que estávamos fazendo, na linha do que a Carmen propõe, é uma discussão com a Secretaria da Fazenda que depende ainda de eu negociar com Defensoria e com Ministério Público, porque é uma questão polêmica. É uma questão bastante polêmica que é o seguinte: deixar os critérios de uma maneira que a Habitação fique responsável, estou falando orçamentariamente, somente pelos atendimentos que têm a ver com as questões da própria Secretaria de Habitação. Os demais, se a secretaria alegar que não tem condições de atender, de fazer o atendimento social, não há problema algum. Estamos à disposição. É tudo Poder Público. Desde que a secretaria que fizer a demanda mande o orçamento conosco. Porque estamos comprometendo a capacidade da Secretaria de Habitação de cumprir com sua atribuição principal, que é prover moradia, seja qual for a modalidade; isso está comprometendo a capacidade da Secretaria de Habitação. É uma discussão dura porque estamos falando de outros direitos também. E não é uma questão de retirar direitos, mas transferir os direitos. A discussão que estamos tendo é orçamento; não é direito. Não é retirada de direitos. **Sra. Carmen** - Só para reiterar que essa discussão do Locação Social saia do papel. **Sr. Gilmar** - Sim, senhora. **Sra. Verônica** - Não se faz a discussão do Locação Social. Discute-se em um canto, discute-se em outro canto. Por que não traz aqui, para dentro do Conselho? Como vai fazer com a pessoa em situação de rua, com a mulher vítima de violência doméstica, como vai fazer isso? Enquanto ficar cada um discutindo essa questão isoladamente, não vamos a lugar algum. **Sr. Gilmar** - Vamos trazer ao Conselho. Vou ler um questionamento para que fique registrado. É uma pergunta da Rita Maria, Presidente da Associação Comunitária Vida Nova, no Bairro Branco, Tiradentes. Foi contemplada no chamamento 2 e não foi possível entrar na seleção da Caixa porque não foi desenvolvido projeto ainda. E ainda será necessário parcelamento da área. Ela pergunta como fica essa situação? Vamos trazer uma reunião quanto a isso. Vou pedir licença porque tenho uma reunião agora, na prefeitura, de suma importância para a secretaria, para o que estamos tratando aqui também. **Sr. Molin** - Um adendo complementando o que o Fernando Chucre disse, sobre o valor que a prefeitura está colocando este ano para o que os senhores chamam aqui de Aluguel Social. Nós chamamos de Auxílio Moradia Provisório. São 33 mil famílias, temos mais ou menos de 13 a 15 mil famílias, e o Estado está gastando esse ano com esse mesmo tema, vamos dizer assim, em torno de R$65 milhões também. Auxílio Moradia Provisório e Auxílio Moradia Emergencial; dos R$65 milhões, mais ou menos R$10 milhões, Auxílio Moradia Emergencial. E o restante é Auxílio Moradia Provisório. É a mesma coisa que o Aluguel Social do município. **Sr. Fernando Chucre** – Temos discutido no Conselho de Gestão da Secretaria aquela iniciativa que começamos de fazer o cruzamento, que é outra dúvida séria que sei que os senhores já estão fazendo alguns pilotos. Também estamos fazendo com a CDHU, que é o cruzamento dos cadastros de benefícios entre os municípios, especialmente, Auxílio Aluguel, para identificarmos situações de fraude, porque tem que ser unificado na região metropolitana especialmente esse tipo de cadastro de atendimento. As pessoas circulam entre as cidades, que têm políticas diferentes, têm nomes diferentes para o mesmo serviço e não se cruzam os cadastros. Isso é um problema também para nos debruçarmos e tentarmos o mais rápido possível avançar nessa questão. **Sr. Rosalvo** - Vejo aqui as intervenções e vejo um grande conteúdo ideológico em algumas delas. Temos uma história de administração onde pelo menos as principais propostas ideológicas tiveram a oportunidade de administrar a cidade. E são temas que não podemos dar ao aspecto ideológico a importância grande demais ao processo. Senão, não vamos enfrentar com qualidade a discussão. O Secretário Filipe não está mais aqui, mas quero parabenizar o trabalho que a prefeitura tem feito. Acho que foi muito importante o esforço, a demonstração do esforço e da efetividade que tem sido. Claro que o tema da habitação pode ser, digamos, a solução, o aspecto fundamental da autonomia e assim por diante. Mas, na realidade das pessoas que moram na rua, é preciso termos claro que não dá para chegar e oferecer simplesmente uma habitação para um morador de rua, sem cuidar dos outros aspectos que estão envolvidos ali. É aquilo que o Karl Marx chamava de Lumpem. Muitos já perderam a vontade de lutar pela própria dignidade. Então, é preciso uma abordagem, um trabalho de recuperar essas pessoas, para chegar até a discussão da habitação, se é a coisa mais importante naquele momento. Não concordo que se pegue e coloque na habitação como primeiro tema. É um problema que é transversal, tem que envolver as várias secretarias, para podermos encaminhar. Há aspectos que são puramente assistenciais e deverão ser cuidados dessa forma. Há aspectos que a assistência inicial tem que ser para depois chegar. Há pessoas que não têm mais nenhum documento. Já perderam todos os documentos. Ele só sabe dizer o nome dele, o lugar que nasceu, o nome do pai, da mãe e pronto. Não consegue comprovar absolutamente nada. Então, é preciso todo um trabalho de resgate dessas pessoas para chegar a um estágio de habitação. Eu acho que a Locação Social é importante. Não é preciso mais ficarmos discutindo isso. Já existe um certo direcionamento, existe um consenso de que é preciso. E a própria iniciativa privada já começa a se interessar por construir habitação para Locação Social. Temos a habitação que é feita para o mercado popular, habitação para ser comercializada pela iniciativa privada. Na Vila Buarque, já está para ser concluída a entrega de apartamentos de 10 metros quadrados. No entanto, no Minha Casa Minha Vida temos tem que ter 47 metros, tem que ter acessibilidade em todos os cômodos. E acabamos criando um problema porque não se atende efetivamente. Então, há casos e casos. Não precisamos ter dois quartos, sala, cozinha, banheiro, para todos, universalizando esse atendimento. Então, acho que precisamos deixar um pouco de lado os problemas ideológicos e atuar de modo muito concreto, tentando resolver os problemas que estão ali colocados. Quem está sentado na cadeira do Poder Público, o prefeito, os secretários, vereadores e tudo mais, precisam assumir para dar respostas no sentido de zerar esse problema que temos. O que temos visto é que é um problema que é crescente. Quero pedir que as nossas divergências ideológicas não dificultem o programa. Temos todos que fazer esforços para trabalhar. Aprovo a Locação Social. Acho que tem que acontecer. E a Secretaria de Habitação tem que discutir nessa questão a sua parte do problema e não entender que, se puxar para ela, irá resolver a questão. **Sr. Fernando Chucre** – Uma das coisas que estamos colocando sistematicamente para Brasília, para o Ministério das Cidades, é que não deve haver restrição com relação à tipologia nos recursos de financiamento que foi disponibilizado para o Programa de Locação Social. Considerando que não se transfere a propriedade, se pode ter essa migração de uma tipologia para outra. Não é necessário um apartamento de 49 metros quadrados. Então, essa discussão foi colocada sistematicamente para o Ministério das Cidades: a necessidade de não haver restrição com relação à tipologia. Cada município sabe a demanda que tem, a forma que tem que atender, as dificuldades que tem. **Sra. Mariza** - Não concordo com alguns pontos da fala do Rosalvo. Onde moro, na Cidade Tiradentes, há bastantes famílias, pessoas, vivendo nessa situação tão crítica, caótica. E essa questão da população de rua, temos que ter um carinho e um olhar social para os nossos irmãos e irmãs que estão morando na rua. Eles não estão morando na rua porque querem. Aconteceu alguma coisa no meio do caminho que infelizmente, aonde eles chegaram, foi devido a várias situações que não podemos deixar de olhar para essas pessoas. E a questão da habitação é uma questão social. E sabemos que há muita responsabilidade em cima do governo municipal. E temos que chamar também um pouco essa responsabilidade para o Estado. Ouvi o Molin falando da questão da Locação, mas isso não basta. Isso são ferramentas para resolvermos o problema de imediato. Mas e a nossa política? Temos que pensar em uma política permanente, uma política para frente, porque sabemos que do jeito que as coisas estão andando, cada dia mais, o índice pode aumentar. Por mais que vimos agora o secretário apresentando um pouco como será esse trabalho, porque não vai acabar, isso é um trabalho para longos anos. Outro ponto que queria colocar é que, no ano passado, bem antes do final do ano, já tínhamos criado um GT, um grupo de trabalho. Lembro-me que tínhamos passado o nome, havia representantes, não só dos movimentos sociais, mas também da população de rua. Então, é preciso sair daqui com a data de quando vai ser a próxima reunião, e reativar, chamar as pessoas que já tinham dado o nome. Quem não puder participar, indica outros. Vamos andar para frente porque está muito frio, essas pessoas estão na rua e precisam de um olhar social. **Sr. Rosalvo** - Só quero dizer que tenho muito carinho por toda a população. Não sou um algoz da população. Estou dizendo que as políticas a serem colocadas precisam levar em conta a realidade e não tanto a ideologia. **Sra. Nilda** – Queria saber do Secretário Filipe sobre essas ações que estão sendo feitas pela GCM de higienização, o tratamento que vem sendo feito hoje pela Secretaria de Assistência. Inclusive, tive colegas assistentes sociais que moveram processo contra a secretaria porque foram agredidas, porque estavam defendendo os moradores em situação de rua e foram agredidas pela GCM e são ações coordenadas pela Secretaria de Assistência. E acho que são ações que os moradores em situação de rua estão passando hoje. Em junho tivemos cinco moradores que vieram a óbito. É uma situação que infelizmente o secretário deveria estar aqui para debatermos essas questões. E concordo plenamente com a questão que foi colocada aqui de retomarmos o GT, da população em situação de rua, e o GT de Locação Social. Pensando na questão da população de rua, não há outra política que possamos trabalhar que não seja a Locação Social, com um trabalho aqui junto com os movimentos, com entidades que já têm esse trabalho voltado para essa população. E acho que é necessário também colocar como pauta a questão da Locação. **Sr. Fernando Chucre** – Estamos registrando e encaminharemos ao Secretário Filipe para resposta. **Sr. Cesar** - A razão do Ministério Público estar presente hoje aqui foi para a verificação, na verdade, para defesa do regime democrático. Os senhores não têm conhecimento, mas o secretário tinha conhecimento de que existe um inquérito civil instaurado já há muito tempo. Na verdade, o número dele é 331/14. E que ele investigava uma discussão que dizia respeito à própria legitimidade do Conselho, que foi a representação que foi feita naquela ocasião e a própria dinâmica de atuação dele a partir disso. Ao longo desses anos, o que o Ministério Público verificou? Primeiro que não se justificava aquela representação, ou seja, o vício que se alegava ter existido, ele não existia. E, em segundo, em um acompanhamento feito primeiro documentalmente, os trabalhos desenvolvidos por este Conselho são extremamente ativos. Então, na verdade, é um Conselho efetivo. Quer dizer, é um local em que efetivamente se tem oportunidade do desenvolvimento democrático. E a minha presença hoje foi justamente para poder presenciar. Foi isso que havia conversado com o secretário. Para que eu pudesse presenciar como são desenvolvidos esses trabalhos. Eu li com muita atenção, inclusive, a ata da última reunião, que tocou em assuntos em que o Ministério Público foi mencionado mais de uma vez. E gostaria de colocar que esse enfoque que tivemos aqui é totalmente positivo, porque verifiquei que a população e os conselheiros têm ampla possibilidade do exercício e têm acesso para poder manifestar; pouco importa agora a questão ideológica, vamos dizer assim, pouco importa qual é o viés, se tem, todos têm voz ativa aqui, dentro. E conseguem efetivamente fazer com que haja discussão, seja ela técnica, seja ela política também, quanto a essas questões. Agora, o Ministério Público tem, obviamente, atribuições que vão muito além disso. Muitas das situações que os senhores acabam tratando aqui passam primeiro no âmbito do Ministério Público em discussão com a prefeitura em vários canais. Por exemplo, uma das questões que foi colocada é extremamente tormentosa para nós também da promotoria, porque tínhamos múltiplas demandas que são geradas e que ganham uma rubrica só. E que representam depois, para o orçamento da Secretaria de Habitação, algo inadministrável. Essas questões estão relacionadas a muitas outras áreas, como Defesa Civil e outras tantas. Então, temos essa dimensão e muitas vezes o Ministério Público, ele também encaminha demandas que acabam se acrescendo àquilo que a prefeitura tem para colocar dentro de seus planejamentos. Mas quero parabenizar a todos que estão aqui presentes porque pude presenciar um exercício efetivo de democracia. Inclusive, a própria condução e o comportamento individual de cada pessoa, respeitando a posição alheia, mesmo que contrária. Isso demonstra um nível de desenvolvimento de cidadania elogiável. Gostaria de agradecer mais uma vez ao Secretário Fernando Chucre essa oportunidade e, falando em nome do Ministério Público, ficamos muito satisfeitos com o que presenciamos aqui e faço votos que, doravante, isso se reproduza em todas as situações que os senhores tenham nas reuniões, que percebi que algumas são ordinárias, outras são extraordinárias, e que se atinjam os resultados contribuindo com o desenvolvimento de um tema, que é realmente muito dificultoso, em uma época ainda mais como essa, em que os recursos vão diminuindo por todo lado. Tivemos uma queda de arrecadação muito grande que interfere em todos esses tipos de planejamento. Mas eu vejo, na condução, que essa preocupação é presente. Todos têm conhecimento disso. E não por isso deixam de apresentar as suas demandas e são os veículos para a sociedade poder ser ouvida. Então, parabéns a todos os senhores. E quero agradecer ao Secretário Fernando por essa oportunidade. **Sr. Fernando Chucre** – Obrigado, Dr. Cesar. A participação sempre estará aberta para o Ministério Público. Temos um relacionamento bom institucional também, com relação também a demandas que os senhores mandam. Estamos sempre abertos para discutir e tentar achar a melhor solução possível. O senhor sabe disso. E estamos à disposição aqui para qualquer coisa que for necessária. Um assunto que observamos nesses primeiros meses da Prefeitura de São Paulo e que nos incomoda muito no sentido de gestão pública é o grande número de empreendimentos que temos de entidades, principalmente, que estão naquela fase final de execução e não estamos tendo condições; acabou o recurso, por vários motivos, questão de contrato, questão de recursos, outras questões também. Mas, basicamente, é um assunto que nos debruçamos nos últimos meses, tanto que algumas entidades, que tinham recursos, por exemplo, que tinham parceria no Casa Paulista e com o Casa da Família, que tínhamos mais autonomia, fizemos aplicação de recursos. Temos chamado essas entidades, discutido como terminar aquele empreendimento, que o pior investimento é aquele que fica pela metade, que é o caso que temos muito aqui, não é, Dr. Cesar? O Ministério Público também tem agido nesse sentido, tem discutido conosco algumas questões, mas estamos debruçados para terminar esses empreendimentos que estão pela metade, ou da metade para o final. Um desses empreendimentos foi o primeiro que apareceu nessa situação, que não estava nas parcerias de Casa Paulista e de Casa da Família. Era um programa antigo ainda. Era do Crédito Solidário. É um empreendimento de Itapecerica. Foi um que foi ocupado no começo do ano, que fui lá, inclusive, tentar negociar a desocupação. Não foi por movimento. Tenho todo o relatório aqui. E, aí, o que estamos fazendo? Como é o primeiro empreendimento que estamos deslocando recursos e não é do Fundo diretamente, a princípio, vamos usar dinheiro do FUNDURB. Vamos apresentar uma reprogramação de recursos e vamos transferir por volta de R$4 milhões. São 180 famílias e está há três anos parada a obra. A obra já está toda levantada, com porta, com janela e não termina a obra por questões de complementação. Então, isso está beneficiando um outro movimento hoje e pode beneficiar algum movimento dos senhores no dia seguinte. Então, estamos querendo deixar esse assunto muito claro, que é uma mudança também com relação à nossa política. E vamos para cima de terminar empreendimentos que estão pela metade e que não haja, claro, nenhum tipo de discussão judicial. Porque há alguns casos que foram solicitados para nós que tinham outras questões, que não vêm ao caso, que esses casos, obviamente, ficam numa caixinha separada. Então, o que estamos fazendo, basicamente, já há alguns empreendimentos que fizemos aporte. Esse tem um aporte de R$4.330 milhões. Vamos realocar recursos do FUNDURB de obras que não vamos executar esse valor esse ano para poder terminar essa obra e atender essas famílias que estão lá há três anos com a obra parada, fora o tempo que o empreendimento está lá. O contrato é de 2008. Ou seja, faz nove anos que o empreendimento está lá, parado. E isso, vamos fazer sistematicamente agora. Então, ao mesmo tempo que é uma informação, é uma discussão que estamos colocando no Conselho para deixar validada essa política de ajudar esses movimentos que estão com os empreendimentos parados. O Molin tem um que estamos tratando junto, que são os dois da Evaniza, Maria Amaral e Florestan Fernandes. Esse é do Casa Paulista, está mais fácil, já está em processo de execução, de liberação. Nosso compromisso era agosto agora, se não me falha a memória. Não era isso? De terminar essa questão. Então, isso vai ser uma medida que vamos tomar agora. Sistematicamente, estamos deixando isso como aprovado, espero, no Conselho também, porque faz parte da política habitacional do município como um todo. **Sra. Mariza** - Vamos escolher a data hoje da reunião do GT? **Sr. Fernando Chucre** – Há uma reunião extraordinária da Comissão Executiva, no dia 29 de agosto. **Sra. Verônica** - E do GT de população em situação de rua? **Sra. Ana Maria** - O que a Mariza está propondo é que seja retomado um GT que foi criado no final de dezembro de 2016. Em 2017, esse GT começou as discussões e ele parou e não sabemos por quê. Parou pelo próprio GT. Não houve orientação dessa secretaria para parar. Na última ata que temos, o Kohara e mais um grupo de pessoas iriam conversar com o secretário sobre população em situação de rua. Posso até reencaminhar aos senhores. **Sr. Fernando Chucre** – Mande uma solicitação de convocação com data. E já convocamos todo mundo e fazemos essa reunião. Não precisa ser aprovado. **Sr. Luiz Kohara** – A secretaria mandou um e-mail pedindo para suspender e depois marcaria. **Sra. Ana Maria** - Porque a coordenadora saiu. **Sr. Fernando Chucre** – Como estamos sem coordenadora, já mandamos uma proposta de data para todos e se faz a convocação da reunião. Fazemos no começo de setembro. (Encerra-se a reunião).

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73, 5º Andar de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N E
CRUZEL COMERCIAL LTDA EPP	6210.2017/0002855-1 – Dispensa	2550
GREINER BIO ONE BRASIL PROD MED HOSP LTDA	6210.2017/0003412-8 – Dispensa	2557
JPL IND E COM DE EMBALAGENS LTDA EPP	6210.2017/0001380-5 – Pregão 318/17	2555
AGRIBOM COMERCIAL LTDA ME	6210.2017/0001380-5 – Pregão 318/17	2556
CRISTALI PROD QUIM FARMAC LTDA	6210.2017/0001612-0 – Pregão 326/17	2577
ANBIOTON IMPORTADORA LTDA EPP	6210.2017/0001612-0 – Pregão 326/17	2574
HOSPFAR IND E COM DE PROD HOSP S/A	6210.2017/0001612-0 – Pregão 326/17	2576

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionadas

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
B2G MEDICAL COM DE PROD MED E CIR LTDA EPP	6210.2017/0001841-6 – Pregão 320/2017	2559
DUPATRI HOSP COM IMP E EXP LTDA	6210.2017/0001841-6 – Pregão 320/2017	2560
CHRISPIM NEDI CARRILHO EIRELI EPP	6210.2017/0001834-3 – Pregão 324/2017	2561
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	6210.2017/0001827-0 – Pregão 319/2017	2546

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO
SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
BECTON DICKINSON INDS CIRURGICAS LTDA	6210.2016/0000896-6 – Pregão 269/2016	2580

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 27 de outubro de 2017 às 01:57:47.